



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023



grupoccr.com.br





Relatório da Administração 2023

3.2. Desempenho CCR

(R\$ milhares)	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta (incluindo a Receita de Construção)	19.921.329	20.150.120	-1,1%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	15.973.127	18.531.654	-13,8%
- Receita de Pedágio	8.264.206	7.410.995	11,5%
- Outras Receitas	7.708.921	11.120.659	-30,7%
Deduções da Receita Bruta	(988.604)	(968.429)	2,1%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	14.984.523	17.563.225	-14,7%
(+) Receita de Construção	3.948.202	1.618.466	143,9%
Custos e Despesas (a)	(12.888.313)	(9.323.627)	38,2%
- Depreciação e Amortização	(1.573.148)	(1.732.920)	-9,2%
- Serviços de Terceiros	(1.603.160)	(1.529.055)	4,8%
- Custo da Outorga	(200.222)	(152.274)	31,5%
- Custo com Pessoal	(2.181.213)	(2.199.178)	-0,8%
- Custo de Construção	(3.948.202)	(1.618.466)	143,9%
- Provisão de Manutenção	(482.782)	(315.319)	53,1%
- Outros Custos	(2.763.164)	(1.599.458)	72,8%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(136.422)	(176.957)	-22,9%
EBIT ajustado	6.044.412	9.858.064	-38,7%
Margem EBIT ajustada (b)	40,3%	56,1%	-15,8 p.p.
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	179.392	254.113	-29,4%
(+/-) Participação dos acionistas não controladores	(149.661)	(79.092)	89,2%
EBIT (c)	6.074.143	10.033.085	-39,5%
Margem EBIT	32,1%	52,3%	-20,2 p.p.
(+) Depreciação e amortização	1.573.148	1.732.920	-9,2%
EBITDA (c)	7.647.291	11.766.005	-35,0%
Margem EBITDA	40,4%	61,3%	-20,9 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	482.782	315.319	53,1%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	136.422	176.957	-22,9%
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(179.392)	(254.113)	-29,4%
(+/-) Participação dos acionistas não controladores	149.661	79.092	89,2%
(+/-) Efeitos não recorrentes (f)	(465.989)	(5.219.592)	-91,1%
EBITDA ajustado (f)	7.770.775	6.863.668	13,2%
Margem EBITDA ajustada (f)	58,8%	56,4%	2,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(3.212.477)	(3.107.173)	3,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	179.392	254.113	-29,4%
(-) Provisão de manutenção (d)	(482.782)	(315.319)	53,1%
(-) Apropriação de despesas antecipadas (e)	(136.422)	(176.957)	-22,9%
(-) Depreciação e amortização	(1.573.148)	(1.732.920)	-9,2%
(+/-) Efeitos não recorrentes (f)	465.989	5.219.592	-91,1%
Lucro Antes do IR e CS	3.011.327	7.005.004	-57,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.156.826)	(2.792.824)	-58,6%
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	1.854.501	4.212.180	-56,0%
Participação dos Acionistas não Controladores	(149.661)	(79.092)	89,2%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.704.840	4.133.088	-58,8%
Endividamento bruto (g)	30.654.269	29.031.254	5,6%
Investimentos (caixa)	5.279.603	2.719.056	94,1%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.174.867	1.117.396	5,1%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas.
- (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (c) Cálculos de acordo com a Resolução CVM n.º 156/2022. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) Os efeitos não recorrentes, em 2022: a receita de requisição da BH Airport de R\$ 134.335 mil, a receita da dissolução das empresas Alba Concessions e Alba Participations de R\$ 132.101 mil, os custos do Acordo de Haveres e Devers da Rodoviar de R\$ 335.205 mil, a receita da venda da TAS de R\$ 502.246 mil, a receita do reequilíbrio da ViaAutoBAn de R\$ 5.254.058 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 470.943 mil. Em 2023: a receita de requisição da BH Airport de R\$ 27.855 mil, os custos de devolução do terreno do NASP de R\$ 121.376 mil, a receita do Acordo das Barcas de R\$ 569.921 mil, a receita do reequilíbrio da Aeris de R\$ 192.131 mil, a receita do reequilíbrio da ViaQuatro de R\$ 682.607 mil, a receita do reequilíbrio da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 de R\$ 297.892 mil, o custo da provisão de contingência de multas na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 68.548 mil, os custos do TAC da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 150.000 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 964.522 mil. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se os efeitos não recorrentes na receita e ainda a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS e CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (g) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)				
	2023		2022	
	Nota			
Principal componente da receita operacional bruta, a receita de pedágio totalizou R\$ 8.264.206 mil em 2023 (+11,5% sobre 2022) e representou 51,7% do total da receita bruta, excluindo-se a receita de construção. A variação deste componente da receita é consequência do aumento das tarifas médias de 6,0%, além da recuperação de tráfego, que apresentou crescimento de 4,7%, em comparação ao ano anterior, e ainda da contribuição da RioSP durante todo o ano de 2023 e 10 meses em 2022. Compensando parcialmente esses efeitos, houve o encerramento da NovaDutra em 28 de fevereiro de 2022. O bom desempenho observado no tráfego também se deve ao início da cobrança dos eixos suspensos em veículos com o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), em todas as rodovias do grupo, exceto ViaLagoas, ViaRio e Renovias, representando aproximadamente 4,0% do total de eixos equivalentes comerciais do 4T23. <p>A rubrica de outras receitas brutas apresentou queda de 30,7% devido, majoritariamente, ao efeito do licenciamento da AutoBAn, de R\$ 5.254.058 mil em 2022, parcialmente compensado em 2022 pelos efeitos (i) da receita do acordo de Barcas, de R\$ 569.921 mil, (ii) da receita de reequilíbrio da Aeris, de R\$ 192.131 mil, (iii) da receita de reequilíbrio da ViaQuatro, de R\$ 682.607 mil, e (iv) da receita de reequilíbrio da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, de R\$ 297.892 mil.</p>				
Custos e despesas totais				
Houve acréscimo de 38,2% em relação a 2022, totalizando R\$ 12.888.313 mil em 2023. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:				
• As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 1.573.148 mil em 2023. A redução de 9,2% decorreu, principalmente, da provisão de impairment registrada na ViaOeste, no montante aproximado de R\$ 983.335 mil, além da TAS que contribuiu com aproximadamente R\$ 24.169 mil, ambos em 2022.				
• A rubrica de serviços de terceiros totalizou R\$ 1.603.160 mil em 2023, com acréscimo de 4,8%. Esse resultado decorreu, majoritariamente, pelas contribuições da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Blocos Sul e Central, Pampulha e RioSP, durante todo o ano de 2023, enquanto que em 2022 essas empresas contribuíram parcialmente.				
• O custo da outorga atingiu R\$ 200.222 mil em 2023. O acréscimo de 31,5% reflete o aumento das outorgas variáveis, em consequência do aumento de passageiros transportados em BH Airport e Curaçao, além do aumento da receita de pedágio na AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias, devido à melhora no tráfego de veículos. Em 2023, o percentual de outorga variável na ViaOeste foi de 3%, enquanto em 2022 foi de 1,5%, impacto de R\$ 22.461 mil na comparação entre os períodos.				
• O custo com pessoal atingiu R\$ 2.181.213 mil em 2023, registrando queda de 0,8%. Essa redução foi reflexo, principalmente, da alienação da TAS em julho de 2022 com impacto de R\$ 213.133 mil, compensado parcialmente pelo efeito do dissídio médio salarial de aproximadamente 5,57% realizado em 2023, e das contribuições da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Blocos Sul e Central, Pampulha e RioSP durante todo o ano de 2023 e que impactaram parcialmente durante o ano de 2022.				
• Os custos de construção atingiram R\$ 3.948.202 mil, aumento de 143,9% em relação a 2022. A variação refletiu, majoritariamente, o efeito (i) das obras de adequação, implantação de melhorias e investimentos obrigatórios nos Blocos Sul e Central, e (ii) do aumento no volume de investimentos na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e na RioSP, conforme previsto no cronograma de investimentos acordado com o Poder Concedente.				

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

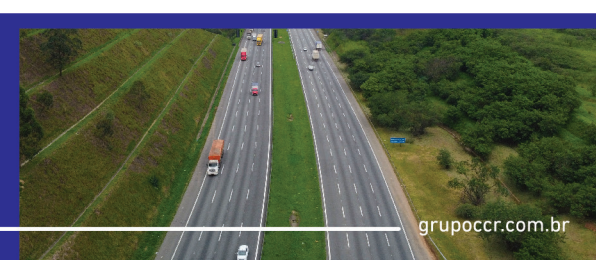
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2022
Ativo				
Circulante		3.817.080	3.669.699	10.994.963
Caixa e equivalentes de caixa	7	581.354	713.347	4.548.717
Aplicações financeiras	7	1.727.493	1.378.392	2.455.438
Aplicações financeiras - conta reserva	7	8.002	5.173	172.482
Contas a receber das operações	8.1	-	955.016	878.643
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	1.358.173	2.227.592
Contas a receber de partes relacionadas	11	178.355	129.018	74.600
Mútuos com partes relacionadas	11	621.375	812.546	53.522
Estoque				416.519
Tributos a recuperar		99.541	93.781	321.952
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	133.107
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	-	-	1.069
Adiantamentos a fornecedores		2.704	365	75.628
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas	11	-	-	25.392
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	510.014	453.465	6.908
Ativos mantidos para venda	26	71.115	75.268	250.803
Despesas antecipadas e outros créditos		17.127	8.344	199.159
Não circulante		15.775.457	17.552.938	43.648.169
Realizável a longo prazo				37.926.131
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	109.861
Contas a receber das operações	8.1	-	-	780
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	6.452.971
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	-	78.932
Mútuos com partes relacionadas	11	594.597	301.215	190.911
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	161.039	76.039	457
Estoque		-	-	89.512
Tributos a recuperar		160.807	63.974	311.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	-	-	1.225.877
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	1.666.128
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	249.690	228.482	252.179
Títulos e valores mobiliários		-	15.430	-
Despesas antecipadas e outros créditos		152	14	189.956
Investimentos	12	14.464.810	16.717.998	706.362
Imobilizado	13	64.787	58.520	853.793
Intangível	14	79.165	91.255	25.428.351
Infraestrutura em construção	14	-	-	5.792.938
Direito de uso em arrendamento		410	11	14.828
Propriedade para investimento	15	-	-	277.861
Total do ativo		19.592.537	21.222.637	54.643.132
Passivo e Patrimônio Líquido		1.587.150	3.016.436	8.482.420
Circulante				10.766.539
Empréstimos e financiamentos	16	-	640.406	276.364
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	17	861.751	1.820.615	3.894.404
Contas a pagar de operações com derivativos	23.2	37.238	179.141	53.350
Fornecedores		37.556	53.151	1.247.057
Imposto de renda e contribuição social		8	8	301.536
Impostos e contribuições a recolher		40.266	50.347	380.697
Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados		-	-	3.174
Obrigações sociais e trabalhistas		199.823	179.034	520.084
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11	1.782	2.907	44.804
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	197.934
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	405.180	74.108	479.911
Provisão de manutenção	19	-	-	204.198
Obrigações com os Poderes Concedentes	24.1 e 24.3	-	-	274.212
Passivo de arrendamento		397	10	10.056
Passivos mantidos para venda	26	-	-	141.134
Obrigações a executar		-	-	111.983
Receita diferida		-	-	4.035
Outras obrigações		3.149	16.709	337.487
Empréstimos e financiamentos	16	5.543.234	6.741.638	33.083.453
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	17	4.818.562	5.729.703	19.028.298
Impostos e contribuições a recolher		-	-	22.710
Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados		-	-	9.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	195.105	168.322	2.604.104
Pis e Cofins diferidos		-	-	16.584
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	11	18.240	18.264	45.679
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11	-	-	4.013
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	1.196	1.196	1.196
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	2.208
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	31	-	293.146
Provisão de manutenção	19	-	-	623.318
Obrigações com os Poderes Concedentes	12	501.074	819.155	293
Mútuos cedidos a terceiros	24.3	-	-	2.396.270
Passivo de arrendamento		32	-	1.618
Contas a pagar de operações com derivativos	23.2	6.882	-	28.223
Obrigações a executar		-	-	412.668
Receita diferida		-	-	54.882
Outras obrigações		2.112	4.998	80.999
Patrimônio Líquido	20	12.462.153	11.464.563	13.077.229
Capital social		6.022.942	6.022.942	6.022.942
Reservas de capital		255.912	141.123	255.912
Reservas de lucros		5.306.264	4.453.843	5.306.264
Dividendo adicional proposto		131.322	-	131.322
Justo de avaliação patrimonial		745.713	846.655	745.713
Participações de acionistas não controladores		-	-	615.076
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		19.592.537	21.222.637	54.643.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
	Controladora		Consolidado		2023	2022
	Nota	2023	2022	2023	2023	2022
Lucro líquido do exercício		1.704.840	4.133.088	1.854.501	4.212.180	
Outros resultados abrangentes						
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado						
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão		(228)	535	(228)	535	
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		(100.714)	(228.388)	(102.606)	(180.786)	
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior		(99.669)	(229.247)	(99.669)	(229.247)	
Resultado de hedge de fluxo de caixa		(4.879)	1.280	(4.879)	1.280	
Ativação de hedge de fluxo de caixa		3.297	22	3.297	22	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		537	(443)	537	(443)	
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores		-	-	(1.892)	47.600	
Total do resultado abrangente do exercício		1.603.898	3.905.235	1.751.667	4.031.927	
Atribuível a						
Acionistas da controladora		1.603.898				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



grupoccr.com.br

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	21	117.232	260.132	18.932.725	19.181.591
Custos dos serviços prestados		(640)	(77.189)	(10.813.464)	(7.985.802)
Resultados operacionais líquidos		116.592	182.943	8.119.261	11.196.009
Despesas operacionais		(256.425)	(308.990)	(2.074.849)	(1.338.025)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		116.377	182.634	6.044.412	9.857.984
Impostos, taxas e contribuições sociais - correntes e diferidos		(12.283)	(12.283)	(1.156.826)	(2.732.824)
Lucro líquido do exercício		1.704.840	4.133.088	1.854.501	4.212.180
Atribuído a:					
Acionistas da controladora		1.704.840	4.133.088	1.704.840	4.133.088
Acionistas não controladores		-	-	149.661	79.092
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)	20.10	0,84465	2,04608	0,84465	2,04608
Lucro líquido por ação - diluído (em reais - R\$)	20.10	0,84398	2,04608	0,84398	2,04608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas					
Receitas operacionais	21	136.654	299.103	19.921.329	20.150.120
Juros capitalizados	-	-	-	226.932	113.525
Ganho em compra vantajosa de investimento	-	-	4.586	-	4.586
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	-	-	19.783	(24.693)
Insuamos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados	-	-	(436)	(3.184.408)	(1.804.032)
Custos de construção	-	-	-	(3.948.202)	(1.618.465)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.116)	(93.282)	(1.164.682)	(1.305.248)	
Outorga	-	-	-	(417.381)	(376.051)
Provisão de manutenção	19	-	-	(482.782)	(315.319)
Valor adicionado bruto		27.538	209.971	10.970.579	14.824.423
Depreciação, amortização e impairment	13 e 14	(35.000)	(26.852)	(1.573.148)	(1.732.920)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(7.462)	183.119	9.397.431	13.091.503
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.476.963	5.146.600	179.392	254.113
Receitas financeiras	22	1.393.504	1.488.599	2.153.910	2.221.790
Valor adicionado total a distribuir		3.863.005	6.818.318	11.730.733	15.567.406
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		76.399	199.406	1.393.266	1.516.234
Benefícios		6.633	17.708	441.644	371.694
FGTS		3.142	7.063	72.541	64.765
Outros		3.551	2.166	32.848	23.663
Tributos					
Federais		59.726	48.362	1.874.478	3.474.141
Municipais		7.352	13.780	487.245	431.058
Estaduais		40	64	13.255	16.815
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		1.996.370	2.383.187	5.482.765	5.358.447
Aluguéis		4.952	13.494	78.190	98.409
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	20.8	404.899	665.411	404.899	665.411
Lucros retidos do exercício		1.299.941	3.467.677	1.299.941	3.467.677
Participação dos não controladores		-	-	149.661	79.092
Total		3.863.005	6.818.318	11.730.733	15.567.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.704.840	4.133.088	1.854.501	4.212.180
Lucro líquido do exercício					
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	9.2	24.208	(12.283)	(161.955)	1.511.916
Adições e remunerações de contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	(21.959)	17.088
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	8.1	-	-	(1.895.190)	(1.161.851)
Depreciação, amortização e impairment	13 e 14	34.582	26.813	73.575	30.295
Baixa de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	869	99	1.414.430	1.533.529
Amortização do custo da concessão gerado em aquisições	13 e 14	-	-	135.108	162.947
Capitalização de custos dos empréstimos	13 e 14	-	-	(226.932)	(113.525)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, contratuais e obrigações a executar	1.1.2.c e 18.1	1.558	68	388.035	188.867
Constituição da provisão de manutenção	19	-	-	482.782	315.319
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	19	-	-	51.898	19.453
Varição monetária sobre obrigações com os Poderes Concedentes	22	-	-	165.496	149.250
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais	22	868.272	984.188	3.697.262	3.367.031
Resultado com operações de derivativos	22	83.390	221.120	88.445	290.166
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	83.390	221.120	88.445	290.166
Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas	22	73.391	(39.692)	97.207	(75.275)
Juros sobre impostos, contribuições e multas com os Poderes Concedentes parcelados	22	(182.704)	(124.730)	22.034	60.688
Ajuste a valor presente de obrigações com os Poderes Concedentes	22	-	-	1.599	1.125
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	22	170	164	(1.601)	(7.715)
Juros sobre mútuos com terceiros	22	-	-	18.821	15.788
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	22	64	2	5.009	7.561
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	22	(36.375)	(48.372)	(36.581)	(48.372)
Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações	20.12	10.463	-	10.463	-
Receita de reequilíbrio - Aeris, ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, BH Airport e AutoBA e baixa da parcela retida dos ex acionistas de Barcas	21	-	-	(1.200.703)	(5.303.574)
Equivalência patrimonial	12	(2.476.963)	(5.146.600)	(179.392)	(254.113)
Apropriação de despesas antecipadas	10.2	418	39	23.610	36.444
Depreciação - Direito de uso em arrendamento	10.2	418	39	23.610	36.444
ISS, Pis e Cofins diferidos	22	-	-	3.952	2.347
Juros e variação monetária sobre acordo de leniência e PIC	337	1.385	337	1.385	337
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(104.439)	-	(236.697)	(309.327)	(309.327)
Perdas (Ganhos) em alienações e aquisições de investimentos - Maas, MTH e TAS	15.430	(4.586)	15.430	(615.986)	-
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber das operações	8.1	-	-	(55.373)	(369.863)
Recebimento do contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	1.901.932	1.743.155
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	323.602	(403.928)
Contas a receber de partes relacionadas	11 e 25.1	33.400	(92.001)	(23.171)	(70.291)
Tributos e recuperações	(86.629)	-	(23.638)	(166.951)	(144.943)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	12.2	4.953.142	1.807.550	251.935	228.753
Adiantamentos a fornecedores	(2.339)	68	(11.139)	(47.012)	-
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas	-	-	(25.392)	-	-
Estoques	-	-	(147.821)	(149.175)	-
Despesas antecipadas e outros créditos	(8.921)	(4.513)	(100.591)	(76.807)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores	11 e 25.1	(15.733)	31.105	496.434	344.406
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(4.420)	(7.280)	8.622	(196.073)
Realização da provisão de manutenção	19	-	-	(146.935)	(30.593)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		20.765	65.834	38.988	139.837
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social	(10.081)	44.665	1.188.492	1.409.095	
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.345.836)	(962.622)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	(1.527)	(80)	(200.006)	(58.516)
Obrigações a executar		-	-	18.927	354.944
Obrigações com os Poderes Concedentes	8.1 e 24.1	-	-	90.835	(42.508)
Pagamentos de obrigações com os Poderes Concedentes	24.1	-	-	(191.684)	(111.806)
Mútuos cedidos a terceiros	-	-	-	(141.705)	(2.368)
Receita diferida	-	-	-	-	51.633
Outras obrigações	(16.782)	(17.625)	125.800	244.853	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.878.386	1.794.778	6.817.411	6.485.584
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Liberação de mútuos com partes relacionadas		(73.828)	(96.999)	-	-
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)		200.290	-	-	2.003
Aquisição de ativo imobilizado	13	(10.862)	(13.559)	(336.793)	(276.411)
Adições ao ativo intangível	14	(18.766)	(49.853)	(5.104.159)	(2.693.619)
ISS, Pis e Cofins diferidos	13 e 14	-	-	37.416	(19.991)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos		(1.346.092)	(303.534)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas		(161.000)	(104.511)	(460)	(209)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	(244.662)	(1.364.155)	675.573	(1.504.023)
Redução de capital em investidas	12.2	738.000	1.083.350	-	-
Resgates/aplicações (conta reserva)	7	(2.829)	(2.980)	(60.495)	(76.043)
Ativos e passivos mantidos para venda		-	-	(28.555)	(27.220)
Caixa líquido adquirido na incorporação da CUIS e da InfraSP, na venda de participação da TAS e aquisição de participação MTH		-	61.167	-	587.239
Titulos patrimoniais		-	-	-	(15.430)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(919.749)	(791.074)	(4.817.471)	(4.023.604)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ações em tesouraria - Recompra de ações		(44.825)	-	(44.825)	-
Liquidação de operações com derivativos	23.2	(239.619)	(165.634)	(274.322)	(190.376)
Pagamentos de principal e juros de mútuos com partes relacionadas		-	-	(187)	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais:					
Captações (líquidas de custos de transação)	25.2	-	3.337.338	10.772.063	5.849.349
Pagamentos de principal e juros	25.2	(3.415.699)	(3.545.573)	(12.838.402)	(6.701.998)
Arrendamento:					
Pagamentos de principal e juros	25.2	(462)	(43)	(27.921)	(41.500)
Dividendos pagos a acionistas da controladora	11 e 12.2	(390.025)	(768.204)	(382.393)	(769.078)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	11 e 12.2	-	-	(61.085)	(6.777)
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores		-	-	177.779	38.106
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(4.090.630)	(1.142.116)	(2.679.293)	(1.822.275)
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		-	-	(1.003)	(4.232)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(131.993)	(138.412)	(680.356)	635.473
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		713.347	851.759	5.229.073	4.593.600
No final do exercício		581.354	713.347	4.548.717	5.229.073
Total		(131.993)	(138.412)	(680.356)	635.473

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucros					Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
		Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Agio em transação de capital	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para equalização de dividendos e investimentos						
Saldos em 1º de janeiro de 2022		6.126.100	(103.158)	49.820	(33.878)	-	(8)	655.742	-	-	-	330.424	165.212	1.074.508	-	8.264.762
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.133.088	4.133.088
Aquisição de mútuo - Barcas	-	-	-	4.364	-	-	-	-	-							



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. (CCR Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessionárias de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroriária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, à Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob a sigla "CCRR3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional.

No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 5 milhões de passageiros por dia.

No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano.

A seguir estão demonstradas as empresas que a CCR possui participação e os percentuais de participação pertencentes à CCR de forma direta ou indireta:

Holdings e Serviços

Empresa	País	Investidoras	% de participação
CCR USA (em liquidação)	USA	CCR Espanha Empreendimentos	100
CPC	Brasil	CCR	100
Controlar (em liquidação)	Brasil	SIP	49,57
Lam Vias	Brasil	CCR	100
MSVia	Brasil	CCR	100
SPCP	Brasil	CCR	100

Rodovias

Concessões	País	Investidoras	% de participação	KMs	Fim da concessão
AutoBAn	Brasil	CCR	100	317	Dezembro de 2037
ViaCoastira	Brasil	CCR	100	220,4	Agosto de 2050
Vialagoa	Brasil	CCR	100	57	Janeiro de 2041
MSVia	Brasil	CCR	100	845,4	Abril de 2044
ND (a)	Brasil	CCR	100	-	-
PRN (em liquidação) (a)	Brasil	CCR	100	-	-
RDN (a)	Brasil	CCR	100	-	-
Renovias	Brasil	CCR	40	345,7	Outubro de 2024
RioSP	Brasil	CCR	100	626	Fevereiro de 2025
RodoAnel Oeste	Brasil	CCR	99,59	32	Maior de 2038
SPVias	Brasil	CCR	100	516	Setembro de 2029
ViaOeste	Brasil	CCR	100	169,3	Março de 2025
ViaRio	Brasil	CCR	66,66	13	Abril de 2047
Vias	Brasil	CRS Holding	100	473,4	Fevereiro de 2049

Empresas relacionadas

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Inovav 5 (em liquidação)	Brasil	CCR	100
RS Holding	Brasil	CCR	100
Samm	Brasil	CCR	100

(a) As concessões foram negociadas, porém as empresas permanecerão ativas até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.

Mobilidade Urbana

Concessões	País	Investidoras	% de participação	KMs	Fim da concessão
Barcas	Brasil	CCR	100	-	Fevereiro de 2025
Metrô Bahia	Brasil	CCR	100	41	Outubro de 2043
Linha 15 (b)	Brasil	CCR	80	-	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	Brasil	CCR	83,34	27,8	Agosto de 2038

ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	País	Investidoras	% de participação	KMs	Fim da concessão
8 e 9	Brasil	CCR	80	78,9	Janeiro de 2052
ViaQuatro	Brasil	CCR	49,17	28	Dezembro de 2024
ViaQuatro	Brasil	CCR	75	12,9	Junho de 2040

Empresas relacionadas

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
ON Trilhos	Brasil	ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	100
ATP	Brasil	Barcas	100
Fil Trilhos	Brasil	ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	100
Four Trilhos	Brasil	ViaQuatro	100
MTH	Holanda	CCR	100

(b) Licitação suspensa. Aguarda-se a adjudicação da concessão, que terá prazo de 20 anos, a partir da data da emissão de ordem de início da operação comercial da Linha 15 - Prata.

Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeroportos Desarrollos Terminal	42,50 52,40 2,60	1	Maior de 2036
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maior de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
CAP	Curacao	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Ecuador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeroportos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimentos	48,23
CAI	Curacao	CCR Espanha Concessões	39
CARE	Curacao	CPA	51
CCR Espanha Concessões	Espanha	CPC	100
CCR Espanha Empreendimentos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica Concessões	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimentos	Costa Rica	CCR Espanha Concessões	100
Desarrollos	Costa Rica	CCR Espanha Concessões	80
CCA	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimentos	51
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CCR Costa Rica Concessões	49
		CPC	100

Outras informações

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Os contratos de concessões de obras anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas nos contratos descritos, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ambos não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar dos contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagoa e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termos Aditivos n.º 7, 8 e 9 - VLT Carioca

Em 11 de janeiro de 2023, foi celebrado o 7º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 2.0 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estiveram vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

b. Termos Aditivos n.º 3/2023 - MSVia

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a MSVia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para o 22 de março de 2026.

Essa aditivo de prorrogação de prazo aconteceu nessas condições, pois a concessão se encontra em processo de reestruturação, tendo expirado o prazo máximo previamente pactuado.

Tendo em vista a ausência de outras disposições contratuais relacionadas, os efeitos contábeis decorrentes deste aditivo são apenas de movimentação ordinária do saldo indenizável, em atenção aos critérios previstos na regulamentação aplicável.

d. Termo Aditivo n.º 4 - Aeris Holding Costa Rica

No dia 05 de maio de 2023, foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da operação do Aeroporto Juan Santamaría, firmado pela Aeris com a gestora do Aeroporto Internacional Juan Santamaría e o Conselho Técnico de Aviação Civil, que entrou em vigor em 30 de maio de 2023.

O aditivo tem por objeto a reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas incorridas pela Aeris relativas à pandemia da COVID-19, por meio de (i) implementação de uma tarifa adicional de ser cobrada dos passageiros do Aeroporto e (ii) extensão do prazo da concessão por 10 anos adicionais ao período originalmente contratado, passando o término da concessão para 5 de maio de 2038, reconhecida como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida a receita no resultado da Aeris, no montante de R\$ 192.131 (USD 38.558 mil).

e. Termo Aditivo Modificativo n.º 26 - ViaOeste

Em 28 de junho de 2023, foi celebrado o 26º Termo Aditivo entre a ViaOeste e o Estado de São Paulo, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para 29 de março de 2025, mediante a inclusão de novos investimentos na concessão, reconhecimento de desequilíbrio financeiro de processos administrativos em favor da ViaOeste e repasse, ao Poder Concedente, do percentual de 20,71% da receita de arrecadação, correspondendo ao valor total dos investimentos incluídos na concessão deve ser apurado pela ARTESP no prazo de até 120 dias da celebração do referido TAM, e o valor dos processos administrativos requeridos deve ser submetido à instrução técnica e deliberação pela ARTESP no prazo de até 180 dias da data de assinatura do aditivo, já transcorridos. A concessionária aguarda posicionamento da ARTESP acerca dessas questões.

f. Termo Aditivo Modificativo n.º 27 - Castela COVID-19 - Concessionária São Paulo

Em 29 de junho de 2023, concomitantemente ao reajuste anual das tarifas de pedágio da AutoBAn, SPVias e RodoAnel Oeste, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos com a autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, incluiu, na tarifa básica de pedágio, o valor adicional de R\$ 0,10 (dez centavos de real), a partir de 1º de julho de 2023, como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais, inclusive das perdas incorridas dos efeitos da pandemia da COVID-19 na demanda das concessionárias supracitadas. Nessa mesma data, foi autorizado reajuste de 3.935829% (variação do IPCA) na tarifa de pedágio da Renovias, também como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais.

g. Reequilíbrio COVID-19 - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17

Em 22 de dezembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre a ViaQuatro e o Estado de São Paulo, tendo como objetivo a reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 4 - Amarela, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R\$ 682.607, e deverá ser integralmente quitado até 21 de junho de 2040.

Na mesma data, foi celebrado o 2º Termo Aditivo entre a ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 e o Estado de São Paulo, tendo também como objetivo a reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 5 - Lilás, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R\$ 297.891, a serem integralmente quitados até 8 de agosto de 2038.

Os valores acima serão recebidos na forma de adicional tarifário e foram registrados na rubrica de receita operacional em contrapartida ao conta a receber dos Poderes Concedentes. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 8.1.

h. Reequilíbrio COVID-19 - BH Airport

Em 7 de dezembro de 2023, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão da BH Airport, tendo como objetivo a reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 5 - Lilás, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R\$ 297.891, a serem integralmente quitados até 8 de agosto de 2038.

Os valores acima serão recebidos na forma de adicional tarifário e foram registrados na rubrica de receita operacional em contrapartida ao conta a receber dos Poderes Concedentes. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 8.1.

1.1.2. Demais eventos relevantes

a. Aquisição de participações - VLT Carioca

Em 28 de fevereiro de 2023, foi celebrado instrumento contratual para aquisição da totalidade das ações detidas pela OMP Mobilidade S.A. (OMP, OTP S.A. e Gumi Brasil Participações S.A. no VLT Carioca, equivalente a 1,3473% de seu capital social na data do instrumento, bem como a cessão à CCR da totalidade dos direitos creditórios, principalmente metais, detidos pela OMP no VLT Carioca.

A proposta de aquisição previa a satisfação das condições precedentes, a transação foi concluída, mediante pagamento de R\$ 50.719 e transferência para a Companhia, a partir desta data, da totalidade das ações e dos direitos creditórios detidos pela OMP no VLT Carioca. O ganho desta transação, no montante de R\$ 148.982, foi reconhecido no patrimônio líquido.

b. Devolução de parte do terreno e não continuidade do projeto do NASP

A Investida SPCP possui um terreno de 127,7 hectares, localizado nas cidades de Cajamar e Czeiras, no estado de São Paulo, adquirido inicialmente para desenvolvimento do NASP - Novo Aeroporto de São Paulo.

Em 29 de março de 2023, a Administração da Companhia decidiu por (i) tomar as medidas necessárias para devolução de aproximadamente 30% da área adquirida destinada ao desenvolvimento do NASP, sem contrapartida financeira, uma vez que o galtilho de devolução previsto no contrato de compra e venda do terreno foi atingido, por não ter se ocorrido, até o momento, o decreto de autorização para desenvolvimento de aeródromo privado e (ii) não dar continuidade ao projeto do NASP, mantendo o restante do terreno para valorização de capital.

Foi registrada provisão para devolução do terreno e custos de transferência de propriedade, no montante de R\$ 20.576, com contrapartida na rubrica Despesas, provisões e multas indenutíveis. Com relação à área que não será devolvida, seu valor foi reclassificado para Propriedade para investimento e mensurado pelo método de custo. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 15.

c. Proposta de ajustamento de Conduta (TAC) - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9

Em 17 de abril de 2023, a Companhia comunicou ao mercado que a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 formalizou, naquela data, proposta de acordo junto ao Ministério Público Estadual e ao Estado de São Paulo, consistente na realização de novos investimentos, não previstos no contrato de concessão e que não injuriarão o reequilíbrio contratual, buscando trazer melhorias adicionais, em continuidade aos esforços da concessionária para aprimoramento da prestação dos serviços relativos às Linhas 8 e 9 de trens metropolitanos.

A proposta foi objeto de tratativas até o dia 14 de agosto de 2023, resultou no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a concessionária e o Ministério Público do Estado de São Paulo, com a anuência do Estado de São Paulo.

O TAC estabeleceu o arquivamento dos inquéritos instaurados pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e pela Promotoria de Justiça do Consumidor e o encerramento de discussões sobre a prestação de serviços da concessionária sob condições de pagamento de R\$ 150.000, registrada no balanço patrimonial como passivo, tendo como contrapartida o resultado do período.

A obrigação será cumprida em até 4 anos, por meio de (i) aprimoramento na infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 82.000, (ii) edificações de escolas ou centros educacionais, no montante de R\$ 50.000, (iii) investimento na estação Antônio João e construção do Centro Esportivo em Grajá, no montante de R\$ 15.000, e (iv) pagamento ao Fundo de Interesses Difusos, no montante de R\$ 3.000, efetivado em 22 de dezembro de 2023.

Além disso, o TAC prevê a antecipação da realização de investimentos contratuais, com valor aproximado de R\$ 636.000, sem que isso represente qualquer tipo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

d. Encerramento da transação de venda da Samm

Em 28 de dezembro de 2023, a CCR encerrou a transação de venda da totalidade das quotas de sua controlada Samm, em razão do não cumprimento, pela compradora Luna Fira S.A., de condição precedente prevista no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outros Bens, celebrado em 27 de dezembro de 2022.

A CCR reforça que continuará sua estratégia de revisão do portfólio e de alocação de capital e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre novas oportunidades para alienação da Samm, consequentemente, o ativo permanece classificado como mantido para venda no balanço patrimonial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e conformam-se às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 6 de fevereiro de 2024, o Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 8 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e
- Remensuração a valor justo de participação anteriormente detida, quando da aquisição de controle de investidas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas nas notas explicativas.

15. Propriedade para investimento: determinação se o ativo deve ser classificado como propriedade para investimento;

26. Ativos e passivos mantidos para venda: determinação se um ativo deve ser classificado como mantido para venda;

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas;

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

8.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;

9.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;

14. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;

18.1. Provisão para riscos civis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

19. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da mesma;

23. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Base e procedimentos de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o grupo.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquir



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora	2022	2023	Consolidado	2022	2023
Conciliação do imposto de renda e contribuição social						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.729.048	4.120.805	3.011.327	7.005.004		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	(587.876)	(1.401.074)	(1.023.851)	(2.381.701)		
Equivalência patrimonial (a)	849.864	1.757.485	60.993	86.398		
Despesas indutíveis	(1.987)	(1.846)	(22.562)	(46.056)		
Provisões/atualizações do Termo de Autocomposição, Acordo de Leniência e PIC	(188)	(656)	(188)	(656)		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(6.535)	(1.652)	(14.065)	(4.909)		
Lucros auferidos no exterior	(159.623)	(113.988)	(95.352)	(10.808)		
Juros sobre capital próprio	-	-	2.212	1.383		
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	-	37.156	30.485		
Reclassificação de ajuste acumulado de conversão	-	-	-	44.914		
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(120.893)	(225.868)	(293.378)	(547.764)		
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	3.030	-	9.215	9.215		
Outros ajustes tributários (b)	-	(118)	99.450	29.930		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(24.208)	12.283	(1.156.826)	(2.792.824)		
Impostos correntes	(24.208)	12.283	(1.318.781)	(1.280.908)		
Impostos diferidos	1.407	-	161.955	(1.511.916)		
Alíquota efetiva de impostos	1,40%	-0,30%	38,42%	39,87%		

(a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca; e
(b) Refere-se, principalmente, a diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.

9.2. Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora	2022	2023	Consolidado	2022	2023
Imposto de renda e a contribuição social diferidos						
Ativo	74.533	82.300	3.004.943	2.489.788		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	64.370	39.004	2.290.031	2.025.267		
Provisões (b)	8.654	38.083	440.507	295.052		
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 - MSVIA	-	-	80.304	82.294		
Ressarcimento de custos indenizáveis	-	-	1.364	-		
Ajuste a valor presente	-	-	108.255	61.296		
Operação assistida	-	-	9.990	11.957		
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	861	569	13.081	6.987		
Receita de construção (extrapolação de tributos sobre contraprestação pecuniária)	-	-	-	2.923		
Variação cambial	-	2.529	-	2.576		
Valor justo com operações de hedge e debêntures	638	1.794	-	822		
Provisão TAC - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	50.245	1.436		
Outros	10	321	3.077	-		
(74.533)	(82.300)	(1.779.066)	(1.525.125)			
Impostos ativos após compensação	269.638	(250.622)	(4.383.170)	(4.016.060)		
Receita de requilíbrio - AutoBAn (c)	-	-	(1.818.328)	(1.714.646)		
Receita de remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(944.386)	(854.909)		
Capitalização de juros	-	-	(627.487)	(576.889)		
Receita de requilíbrio - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	(134.876)	(130.179)	(784.910)	(447.569)		
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (d)	-	-	(122.483)	(130.179)		
Perda de compra vantajosa na aquisição de participação societária	(55.241)	(65.059)	(67.634)	(65.059)		
Custo de transação de empréstimos	(12.106)	(14.978)	(79.641)	(58.444)		
Diferença de critério de amortização fiscal versus contábil - Aeris	-	-	-	(44.446)		
Resultado de operações com derivativos	(62.521)	(35.512)	(58.029)	(11.782)		
Ganho na remensuração a valor justo na aquisição de participação societária	(4.894)	(4.894)	(4.894)	(4.894)		
Variação cambial	-	-	(26)	-		
Outros	-	-	-	(3.391)		
Compensação de imposto passivo	74.533	82.300	1.779.066	1.525.125		
Impostos passivos após compensação	(195.105)	(168.322)	(2.604.104)	(2.490.935)		
Imposto diferido líquido	(195.105)	(168.322)	(1.378.227)	(1.526.272)		

Movimentação do imposto diferido

	2023	2022	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	(168.322)	(125.595)	(1.526.272)	22.415
Reconhecimento no resultado	(24.208)	12.283	161.955	(1.511.916)
Reconhecimento no patrimônio líquido	(2.575)	(11.102)	(8.580)	33.215
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	(6.672)	33.215
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(2.575)	-
Outros	-	(11.102)	(5.330)	(69.986)
Movimentações patrimoniais	-	(43.908)	(5.330)	(26.078)
Classificado como mantido para venda (Samm)	-	-	(5.330)	-
Impostos diferidos decorrentes da Incorporação da CIIIS	-	(43.908)	-	-
Saldos em 31 de dezembro	(195.105)	(168.322)	(1.378.227)	(1.526.272)

(a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	Controladora	Consolidado
2024	-	32.822
2025	-	57.594
2026	-	63.773
2027	-	69.576
2028	-	160.383
2029 em diante	64.370	1.905.883
Total	64.370	2.490.931

(b) Provisões de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada - contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;
(c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
(d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por apreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.
Não foi registrado ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.604.167 e R\$ 3.794.855, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.242.579 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.218.788 em 31 de dezembro de 2022).

10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	2023	2022	2023	2022
Circulante				
ViaLagos	133.107	143.050		
AutoBAn	286	286		
ViaOeste	51.595	51.595		
RodoAnel Oeste	7.848	17.591		
Viapaulista	73.578	73.578		
Não circulante	1.666.128	1.792.607		
ViaLagos	6.312	6.598		
AutoBAn	670.733	722.328		
ViaOeste	1.912	2.932		
RodoAnel Oeste	987.171	1.060.749		
Total	1.799.235	1.935.657		

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 136.422 (R\$ 176.957 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

11.1. Controladora

	2023	2022	2023	2022
Saldos				
Ativo	1.839.439	225.872	511.937	2.577.248
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	167.039
Aplicações financeiras	161.039	-	506.777	506.777
Bancos conta movimento	1.011	1.011	-	-
Contas a receber	168.543	9.743	69	178.355
Derivativos	-	-	3.728	3.728
Dividendos e juros sobre capital próprio	510.014	-	510.014	-
Mútuos	999.843	216.129	-	1.215.972
Outros créditos	-	-	352	352
Passivo	364.261	1.694	2	1.367.153
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	287	1.196
Fornecedores e contas a pagar	1.694	2	86	7.782
Derivativos	-	-	7.384	7.384
Dividendos e juros sobre capital próprio	363.352	-	41.828	405.180
Outros débitos	-	-	279	279
Debêntures	-	-	1.317.289	1.317.289
Notas promissórias	-	-	283	283

	2023	2022	2023	2022
Transações				
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(7.807)	(7.807)
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(706)	(706)
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	(61)	-	(61)	(61)
Custos/despesas - multas	(2.402)	-	(2.402)	-
Custos/despesas de infraestrutura utilizada	(3.987)	-	(3.987)	(3.780)
Despesas financeiras - derivativos	-	-	(84.863)	-
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	(104)	(10)	(114)	(3.293)
Receitas de prestação de serviços - CSC	-	-	-	64.898
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	132.031	3.325	-	135.356
Receita de média cooperação	836	-	462	1.298
Receita de aplicação de investimentos	-	-	1.673	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	96.096	96.096
Despesas financeiras - derivativos	-	-	62.656	62.656
Receitas financeiras - mútuos	153.407	29.844	-	182.891
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	2.599	-	-	2.599
Repasse de custos e despesas - CSC	581.182	9.292	-	590.474
Repasse de custos e despesas de colaboradores	2.010	36	(387)	1.659
Imobilizado	141	6	-	147

11.2. Consolidado

	2023	2022	2023	2022
Saldos				
Ativo	233.290	2.257.696	2.490.986	3.343.645
Adiantamento para futuro aumento de capital	457	-	457	-
Aplicações financeiras	-	2.004.363	2.004.363	2.981.832
Bancos conta movimento	-	20.841	-	22.286
Adiantamento a fornecedor	-	25.392	-	25.392
Contas a receber	9.789	143.743	153.532	-
Derivativos	-	62.414	-	62.414
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	6.908	-	6.908
Mútuos	-	216.136	-	216.136
Outros créditos	-	943	-	900
Passivo	364.261	5.366.319	5.730.585	8.008.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	287	1.196
Empréstimos e financiamentos	-	13.258	-	13.258
Fornecedores e contas a pagar	5	46.812	46.817	35.312
Derivativos	-	35.312	-	35.312
Dividendos e juros sobre capital próprio	363.352	-	41.828	405.180
Mútuos	-	200.142	-	200.142
Outros débitos	-	412	-	412
Debêntures	-	4.953.537	-	4.953.537
Notas promissórias	-	-	-	253.757

	2023	2022	2023	2022
Transações				
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(14.288)	-	(14.288)
Custos/despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	(3.655)	-	(3.655)
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	(1.451)	(12)	(1,463)	(12)
Custos/despesas - taxa administrativa de gestão de pagamentos	-	-	-	(554)
Custos/despesas de infraestrutura utilizada	-	(2.881)	-	(11.181)
Custos/despesas - doações	(20.405)	(20,405)	-	(21,874)
Custos/despesas - serviços de transporte de valores	-	(1.377)	-	(243)
Custos/despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	(32)	-	(901)
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	(1,219)	(6,144)	-	(4,795)
Custos/despesas - seguros	-	(61)	-	(9,91)
Custos/despesas - outros gastos gerais	-	(43)	-	(1423)
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(7,461)	-	(6,677)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(3,831)	-	(7,159)
Despesas financeiras - derivativos	-	(13,529)	-	(35,728)
Despesas financeiras - mútuos	-	(50,904)	-	(50,904)
Receitas de média cooperação	-	2,472	-	824
Receitas de aplicações financeiras	-	408,984	-	113,077
Receitas de prestação de serviços - CSC	-	-	-	2,026
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	3,325	-	3,325	5,360
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	101	4,990	5,097	106
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	7,521	-	7,521
Rece				



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento - Consolidado

	Imobilizado										Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terenos	Equipamentos operacionais	Embarcações	Fibra óptica					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	41.193	149.334	33.663	26.692	415.713	145.432	7.205	21.195	840.427	138.891	979.318		
Adições	-	2.214	-	-	1.209	-	-	-	3.423	282.833	286.256		
Baixas	(76)	(426)	(342)	-	-	(189)	-	-	(1.033)	(5.015)	(6.048)		
Transferências	6.306	39.084	11.938	-	-	49.994	-	11.304	123.959	(120.180)	3.779		
Depreciação	(6.849)	(46.549)	(18.552)	-	(1.658)	(43.627)	-	(1.073)	(19.896)	-	(19.896)		
Ajuste de conversão	(671)	(2.180)	(376)	-	(369)	-	-	(882)	(4.478)	-	(4.478)		
Outros	(7.638)	(19.697)	(647)	-	1.377	(41.351)	-	(30.921)	(98.875)	(22.279)	(121.154)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.267	117.780	25.674	35.375	416.922	110.259	5.250	743.527	138.891	274.250	1.017.777		
Custo	77.871	485.251	150.181	45.384	416.922	537.177	49.618	-	1.762.404	274.250	2.036.654		
Amortização acumulada	(45.604)	(367.471)	(124.507)	(10.009)	-	(426.918)	(44.358)	-	(1.018.877)	-	(1.038.827)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.267	117.780	25.674	35.375	416.922	110.259	5.250	743.527	138.891	274.250	1.017.777		
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.752	350.752		
Baixas	(399)	(810)	(810)	-	-	(652)	-	-	(3.907)	-	(3.907)		
Transferências	(3.635)	69.370	69.443	2.444	-	43.681	-	3.021	184.324	(184.324)	-		
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	7.257	-	-	-	-	-	-	7.257	-	7.257		
Reclassificações para propriedade para investimento (a)	-	-	-	-	(277.361)	-	-	-	(277.361)	-	(277.361)		
Provisão para perda (a)	-	-	-	-	(118.869)	-	-	-	(118.869)	-	(118.869)		
Reclassificações para mantido para venda	(27)	(411)	75	(17)	-	(8.720)	-	(946)	(10.046)	2.903	(7.143)		
Depreciação	(5.832)	(43.952)	(21.069)	(2.088)	-	(39.834)	-	(1.065)	(115.915)	-	(115.915)		
Ajuste de conversão	(28)	(508)	(178)	(134)	-	-	-	(196)	(1.044)	-	(1,044)		
Outros	(1)	(4.08)	(812)	-	-	2.230	-	-	3.638	(1.452)	2.186		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.345	149.571	72.523	35.580	20.692	106.964	3.989	411.664	442.129	853.793			
Custo	65.866	510.070	202.784	46.303	20.692	486.947	47.677	-	1.380.339	442.129	1.822.468		
Depreciação acumulada	(43.521)	(360.499)	(130.261)	(10.723)	-	(379.983)	(43.688)	-	(968.675)	-	(968,675)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.345	149.571	72.523	35.580	20.692	106.964	3.989	411.664	442.129	853.793			
Taxa média anual de depreciação %													
Em 31 de dezembro de 2023	10	13	24	4	-	12	2	5	-	-	-		

(a) Provisão para perda, com contrapartida no resultado, na rubrica de outras despesas. Tal provisão será mantida até que sejam concluídos os trâmites administrativos de devolução, com a respectiva baixa efetiva do custo da área do terreno do NASP a ser devolvida. Além disso, foi provisionado no passivo o valor de R\$ 2.507, o qual é relativo a custos associados a esta devolução. A parcela remanescente do terreno no valor de R\$ 277.361, que seria destinada até então à construção do NASP, foi considerada doravante propriedade mantida para valorização de capital, por prazo indeterminado e foi reclassificada de ativo imobilizado para propriedade para investimento. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 13.959 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 7.802 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 7,97% a.a. e 8,41% a.a., respectivamente.

14. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	Intangível							Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Cessão de fibra óptica e conectividade	Transmissão de dados de radiofrequência	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	19.457.302	68.390	34.924	7.732	1.475.979	33.182	20.070.589	1.277.316	21.347.825
Adições	676.190	157	7.345	133	-	80.349	764.174	2.618.899	3.383.073
Baixas	(5.230)	(3)	-	-	(110.740)	(1.197)	(319.127)	(3.917)	(436.373)
Transferências	526.719	28.866	-	-	-	(32.747)	522.858	(526.637)	(3.779)
Amortização	(1.232.091)	(30.823)	(8.418)	(671)	(162.947)	-	(1.434.950)	-	(1.434.950)
Ajuste de conversão	9.945	(645)	-	-	(18.682)	-	(9.382)	-	(87.764)
Outros	5.187.723	(4.035)	(33.851)	(194)	-	-	5.146.685	(220.375)	4.926.310
Provisão para perda por impairment (a)	(141.630)	-	-	-	-	-	(141.630)	-	(141,630)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.478.928	61.897	27.423	624	1.183.610	76.629	24.801.064	2.751.684	27.552.748
Custo	37.675.298	375.702	-	-	2.511.623	76.629	40.639.252	2.751.684	43.390.936
Amortização acumulada	(14.196.370)	(313.805)	-	-	(1.328.013)	-	(15.838.198)	-	(15,838.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.478.928	61.897	27.423	624	1.183.610	76.629	24.801.064	2.751.684	27.552.748
Adições	-	-	-	-	-	-	-	86.352	5.325.391
Baixas	(1.758)	-	-	-	-	-	-	(1.758)	(1,758)
Transferências	1.852.960	48.415	-	-	-	-	(48.415)	1.852.960	(1,852.960)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-	(7.257)	-	(7,257)
Reclassificações para ativos mantidos para venda	-	199	(14.244)	50	-	-	199	-	(13,796)
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	27.211	-	-	-	-	-	140	27.351	3.268
Reclassificação para o contas a receber dos Poderes Concedentes	(466)	-	-	-	-	-	-	(466)	(307,818)
Reequilíbrio contratual - Aeris	186.675	-	-	-	-	-	-	186.675	186,675
Amortização	(1.248.579)	(39.336)	(9.935)	(665)	(135.108)	-	(1.433.623)	-	(1,433.623)
Ajuste de conversão	(46.006)	(149)	-	-	(11.369)	-	(57.524)	-	(70,235)
Outros	(8.370)	(4)	(3.244)	(9)	-	-	-	-	(27,564)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.240.595	71.022	-	-	1.037.133	79.601	25.428.351	5.792.938	31.221.289
Custo	39.538.359	422.299	-	-	2.486.180	79.601	42.526.439	5.792.938	48.319.377
Amortização acumulada	(15.297.764)	(351.277)	-	-	(1.449.047)	-	(17.098.088)	-	(17,098.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.240.595	71.022	-	-	1.037.133	79.601	25.428.351	5.792.938	31.221.289
Taxa média anual de amortização %									
Em 31 de dezembro de 2023	(b)	21	(c)	(c)	(b)				

(a) Provisão para redução ao valor recuperável (impairment) de ativos intangíveis na controlada ViaOeste;
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico; e
 (c) Amortização linear conforme prazo dos contratos.

Infraestrutura em construção				Aeroportos Bloco Sul			
O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:							
Mobilidade	ViaMobilidade - Linhas 8 e 9		2.543.405	Obras contratuais Fase 1A			378.525
Contrato Alstom (Aquisições de trens)			2.102.126	Obras contratuais Fase 1B			9.115
Contrato Siemens (Sinalização e Energia)			199.847	Obras contratuais Fase 1A			369.410
Revitalização de trens e estações			216.550	Obras contratuais Fase 1B			131.492
Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens			24.782				124.572
Metró Bahia			132.015				
Revitalização de trens e estações			132.015				
Rodovias	RodoAnel Oeste		123.541				
Implantação das vias marginais Padreira-Raposos			118.426				
Implantação de faixas adicionais			5.115				
ViaSul			724.057				
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400			269.092				
Implantação de faixas adicionais e vias marginais			185.454				
Restauração de pavimento			137.803				
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações			76.228				
1º Intervenção em obras de arte especiais			55.479				
ViaOesteira			272.285				
Implantação de marginais, dispositivos de segurança e sinalização, fibra óptica e passarelas			171.305				
Restauração de pavimento			59.543				
Obras de restauração em obras de arte especiais			26.006				
Adequação de taludes e dos acessos laterais da rodovia			15.431				
RioSP			699.876				
Etapas iniciais das obras da BR-116 na Serra das Araras, região metropolitana de São Paulo e região metropolitana de São José dos Campos			391.451				
Obras de recuperação de talhantes e adequação de taludes da rodovia			177.344				
Revitalização de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101			126.882				
Implantação de passarelas			4.198				
SPVias			161.720				
Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270			161.720				

16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final		Custos de transação incorridos		Saldos dos custos a apropriar		2023	2022
				2023	2022	2023	2022	2023	2022		
CCR	Bank of America (a)	USD + 1,68% a.a.	N/I	Agosto de 2023	-	-	-	-	-	640.406 (i)	640.406
Aeris	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I	Dezembro de 2025	-	-	-	-	653.402	697.899 (g)	697.899 (g)
BH Airport	BNDES (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (b)	Dezembro de 2035	2.164	1.112	429.898	188.486	445.864 (c)	445.864 (c) (d) (e) (h)	445.864 (c)
CAP	Maduro and Currie's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	Março de 2032	-	-	-	-	2.519.959	2.519.959 (e)	2.519.959 (e)
Metró Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito A e B)	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (b)	Outubro de 2042	43.108	23.312	2.595.817	3.194	2.619.135 (c) (e)	2.619.135 (c) (e)	2.619.135 (c) (e)
Metró Bahia	BNDES (Subcrédito A)	TJLP + 3,18% a.a.	N/I	Outubro de 2042	-	-	-	-	3.252 (c)	3.252 (c)	3.252 (c)
Metró Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito E)	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (b)	Outubro de 2042	13.085	8.103	706.811	-	711.770 (c) (e)	711.770 (c) (e)	711.770 (c) (e)
Metró Bahia	BNDES (Subcrédito C)	TJLP + 3,4% a.a.	3,4979% (b)	Outubro de 2042	8.871	8.316	440.396	-	444.412 (c) (e)	444.412 (c) (e)	444.412 (c) (e)
MSVIA	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338% (b)	Março de 2039	17.013	8.257	577.656	-	608.834 (c) (e) (g)	608.834 (c) (e) (g)	608.834 (c) (e) (g)
ViaSul	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918% (b)	Março de 2039	2.598	1.300	110.123	-	115.088 (c) (e) (g)	115.088 (c) (e) (g)	115.088 (c) (e) (g)
MSVIA	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844% (b)	Março de 2039	1.347	45.671	47.446 (c) (e) (g)	-	47.446 (c) (e) (g)	47.4	

continuação



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	-	-	298.632	1.922.663
2026	-	-	293.829	2.032.146
2027	-	-	700.504	2.471.105
2028	-	-	800.965	2.881.181
2029 em diante	-	-	2.806.018	9.904.357
Valor justo	-	-	(50.044)	(111.937)
(-) Custo de transação	-	-	(31.342)	(97.417)
Total	-	-	4.818.562	19.002.298

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

18. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

18.1. **Processos com prognóstico de perda provável**
A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2023		2022	
	Cíveis, administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	94.122	82.792	77.345	1.638
Constituição	171.252	35.001	28.252	83.490
Reversão	(33.853)	(34.877)	(24.678)	(9.151)
Pagamentos	(151.701)	(31.865)	(16.440)	(200.006)
Atualização de bases processuais e monetária	12.722	6.346	2.677	81
Transferências	(8.498)	(7)	8.498	-
Classificados como mantidos para venda	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.044	57.390	75.654	76.058

18.2. **Processos com prognóstico de perda possível**
A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2023		2022	
	Tributários (a) (b) (c) (d)	Cíveis, administrativos e outros (e)	Trabalhistas e previdenciários	Total
2023	1.430.015	253.521	83.886	1.766.922
2022	1.253.731	134.397	45.974	1.434.102

Os principais processos relativos às questões tributárias são:
(a) R\$ 348.467 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 299.957 em 31 de dezembro de 2022), por supostos débitos e IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controversa dos anos-calendários de 2014 a 2017 houve a apresentação de pedido, atualmente no valor de R\$ 191.667, e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objeto de depósito judicial, atualmente no valor de R\$ 156.799 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 121.129 em 31 de dezembro de 2022). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Objeto interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;
(b) R\$ 333.452 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 306.852 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 192.304 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 178.110 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas;
(c) R\$ 102.870 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 185.580 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 157.483 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 143.803 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de conservação e manutenção; (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas;
(d) R\$ 433.669 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 394.785 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 316.635 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 289.196 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.
(e) No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e outros:

(a) O saldo, em 31 de dezembro de 2023, é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas. Além de etejudatícios judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 19.633 (R\$ 66.111 em 31 de dezembro de 2022).

19. Provisão de manutenção

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	69.092	374.679	439.771	
Constituição	266.686	216.096	482.782	
Ajuste a valor presente	19.355	32.543	51.898	
Realização	(146.935)	-	(146.935)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	204.198	623.318	827.516	

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,94% a.a., respectivamente.

20. Patrimônio líquido

20.1. **Capital social**
O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.
20.2. **Custos de captação**
Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.
20.3. **Transação com sócios**
Refere-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e aquisição de mútuos.
20.4. **Ágio em transição de capital**
Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
20.5. **Reserva legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
20.6. **Reserva para equalização de dividendos e investimentos**
Reserva prevista no Estatuto Social da Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.
20.7. **Reserva de lucros a realizar**
Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.
20.8. **Dividendos**
Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Em 5 de outubro de 2023, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2023, no montante de R\$ 316.198, correspondentes a R\$ 0,1567731202 por ação ordinária em circulação, à conta da totalidade do saldo de reservas de lucros a realizar conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023. O pagamento foi realizado em 30 de novembro de 2023. A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 131.322, relativo aos lucros apurados no exercício de 2023. Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício (contábil)	1.704.840	1.142.849
Lucro líquido ajustado	(85.242)	(404.899)
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	404.899	404.899
Dividendo mínimo aprovado	-	-
Lucro líquido a ser dividido	1.619.598	737.950

20.9. **Resultado justo de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)**
Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:
• Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
• Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
• Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.

20.10. Lucro por ação básico e diluído

	2023		2022	
	Numerador	Denominador	Numerador	Denominador
Lucro líquido	1.704.840	1.704.840	1.142.849	1.142.849
Denominador (em milhares)	-	-	-	-
Média ponderada de ações - básico	2.018.409	2.018.409	2.020.000	2.020.000
Média ponderada de ações - diluído	2.020.000	2.020.000	2.020.000	2.020.000
Lucro líquido por ação - básico	0,84465	0,56137	0,56137	0,56137
Lucro líquido por ação - diluído	0,84398	0,56068	0,56068	0,56068

20.11. **Ações em Tesouraria - Recuperação de Ações**
Em maio de 2023, a Companhia realizou um programa de compra de até 3.200.000 ações ordinárias de sua própria emissão, para liquidação das obrigações do Programa de Incentivo de Longo Prazo, liquidáveis em ações. Em 21 de agosto de 2023, foram concluídas as aquisições correspondentes ao limite previsto no referido programa. Foram adquiridas 3.186.433 ações, ao preço médio de R\$ 13,407 por ação, correspondente ao valor de R\$ 44.825, registrado como reserva de capital - ações em tesouraria. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, a Companhia aprovou o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor na data.
O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do *TSR* (*Total Shareholder Return*) alvo real da Companhia no período.
A Companhia utiliza o Modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem do atingimento de gatilho baseado no *TSR*. Os principais parâmetros de precificação foram:
• Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 1.022.483;
• Data da outorga: 26 de junho de 2023;
• Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 11,72;
• Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
• Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,51%;
• *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
• Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
• Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).
O valor justo da parcela atrelada à retenção, 1.022.483 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionado apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.
Adicionalmente, a Companhia outorgou, em 22 de junho de 2023, a quantia de 282.747 ações atreladas à performance, que poderão ser exercidas até abril de 2025, cujo valor justo na data de outorga foi de R\$ 13,95, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.
Do total de 2.327.713 de ações outorgadas em 2023, foram exercidas no exercício 106.858, no montante de R\$ 1.505, restando 2.220.855 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 13.218.

21. Receitas operacionais líquidas

	2023		2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita bruta	136.654	299.103	19.921.328	20.150.126
Receitas de pedágio	-	-	8.264.328	7.410.995
Receitas de construção (ICPC R1 R1)	-	-	3.948.202	1.618.466
Receitas aeroportuárias	-	-	1.857.276	1.830.211
Receitas metroviárias	-	-	2.255.126	1.903.932
Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	1.096.009	957.511
Receitas acessorias	-	-	325.889	323.888
Receitas aquaviárias	-	-	104.662	76.544
Receitas de serviços de fibra óptica	-	-	68.158	84.442
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	68.282	38.483
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	136.654	299.103	8.416	9.182
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (a)	-	-	-	5.254.058
Receita de reequilíbrio - Aeris (b)	-	-	192.131	-
Receita de reequilíbrio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (c)	-	-	297.892	-
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro (c)	-	-	682.607	-
Receita de reequilíbrio - BH Airport (d)	-	-	28.073	-
Receitas de contraprestação pecuniária - parcela B	-	-	21.578	21.775
Mitigação de risco de demanda projetada	-	-	486.029	620.620
Indenização por serviço público prestado - Barcas (e)	-	-	216.794	-
Receita de gerenciamento e programas de fidelização	-	-	-	33
Deduções das receitas brutas	(19.422)	(38.971)	(988.604)	(968.429)
Impostos sobre receitas	(19.422)	(38.971)	(972.823)	(881.153)
Abatimentos	-	-	15.281	19.231
Receita operacional líquida	117.232	260.132	18.932.725	19.181.691
Receita operacional líquida no Brasil	117.232	260.132	18.028.485	18.199.768
Receita operacional líquida no Exterior	-	-	904.240	981.923

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022, pela AutoBAn;
(b) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do 4º Termo Aditivo ao contrato de concessão da operação do Aeroporto Juan Santamaría, pela Aeris;
(c) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração dos 2º e 8º Termos Aditivos, devido às perdas de receita tarifária advindas da pandemia da COVID-19;
(d) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de parte de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros, advinda da pandemia da COVID-19, conforme determinação da ANAC; e
(e) Complemento dos valores que Barcas tem a receber do Poder Concedente, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023.

22. Resultado financeiro

	2023		2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesas financeiras	(2.150.548)	(2.388.347)	(5.540.672)	(5.328.963)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais	(723.707)	(828.293)	(3.371.075)	(3.167.535)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(45.320)	(152.976)	(50.204)	(152.976)
Variação cambial sobre obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(165.496)	(149.250)
Juros e variações monetárias	(3.262)	(7.334)	(59.874)	(96.075)
Perda com operações de derivativos	(793.639)	(1.076.350)	(913.049)	(1.206.314)
Juros sobre impostos, contribuições e multa com os Poderes Concedentes parcelados	-	-	(1.125)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(51.898)	(16.443)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	226.932	113.525
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	(424.912)	(151.971)	(498.085)	(185.941)
Ajuste a valor presente de obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(80.737)	(46.820)
Variações cambiais sobre fornecimentos estrangeiros	(426)	(243)	(3.020)	(11.511)
Juros e variação monetária sobre acordos de leniência e PIC	(337)	(1.385)	(637)	(1.385)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(64)	(2)	(5.009)	(7.561)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(14.316)	(13.889)	(241.034)	(199.742)
Receitas financeiras	1.142.666	1.488.599	2.328.195	2.221.790
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	81.695	201.348	86.785	201.348
Juros e variações monetárias	185.366	132.084	37.840	33.407
Resultado com operações de derivativos	710.249	855.230	824.604	916.148
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	351.521	191.663	400.878	261.216
Rendimentos sobre aplicações financeiras	204.012	101.707	914.226	722.907
Variações cambiais sobre fornecimentos estrangeiros	-	-	33.407	33.407
Juros e outras receitas financeiras	8.967	6.508	59.241	65.234
Resultado financeiro líquido	(607.882)	(899.748)	(3.212.477)	(3.107.173)

23. Instrumentos financeiros

23.1. **Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2023		2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo	4.631.919	4.097.677	16.683.719	16.788.521
Valor justo através do resultado	2.566.539	2.325.394	8.241.694	8.614.877
Caixa e bancos	1.189	267	382.843	330.055
Aplicações financeiras	2.307.658	2.091.472	6.621.312	7.793.342
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	2.002	5.173	282.343	221.838
Contas a receber de operações com derivativos	249.690	228.482	253.248	233.096
Contas a receber do Poder Concedente - MSVia	-	-	701.948	1.036.346
Valor justo através do resultado abrangente	-	-	-	1.302
Contas a receber de operações com derivativos	-	-	-	1.302
Custo amortizado	2.065.380	1.772.283	8.442.025	7.172.542
Cont				

continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.3. Contribuição fixa - BH Airport

	2023		2022	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	246.062	238.049	228.811	222.586
Não circulante	3.351.684	2.396.270	3.367.639	2.329.700
Total	3.597.746	2.634.319	3.596.450	2.552.286
	2023		2022	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
2023	-	-	228.811	222.586
2024	246.062	238.049	165.910	153.673
2025	173.681	162.752	165.910	149.813
2026	155.911	147.254	148.935	135.112
2027	155.911	142.418	148.935	130.462
2028 em diante	2.866.181	1.943.846	2.737.949	1.758.640
Total	3.597.746	2.634.319	3.596.450	2.552.286

Referre-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão, o qual foi previsto no Edital de Licitação como integralmente devido desde o início da concessão, bem como à contribuição extraordinária para recomposição econômico-financeira prevista na revisão extraordinária do contrato de concessão.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo nº 007/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, de maio para dezembro. A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	-	192.131	5.282.034
Receita de reequilíbrio - Aeris, AutoBAn e baixa da parcela retida dos ex-acionistas de Barcas	-	-	192.131	5.303.574
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	-	33.526
Baixa do investimento alienado	-	-	-	(40.722)
Baixa - arrendamento	-	-	-	(14.344)
Variações nos ativos passivos	-	(92.155)	(277.192)	561.856
Contas a receber das operações	-	-	-	78.109
Contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(240.071)	20.257
Contas a receber de partes relacionadas	-	(106.567)	-	-
Tributos a recuperar	-	(8.120)	(5.242)	(5.617)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	(15.445)	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	-	-	-	17.512
Fornecedores	-	18	(59)	(6.198)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	(49.623)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	-	1.834	-	(7.373)
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social	-	35.405	-	-
Obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(31.820)	610.323
Outras obrigações	-	720	-	(95.534)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	92.875	85.061	(5.925.747)
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	5.617
Adições ao ativo intangível	-	(584)	-	(610.323)
Outros ativo imobilizado e intangível	-	-	85.061	(5.274.315)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	(76.000)	(84.581)	(1.260)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	76.000	260.411	1.260	-
Caixa líquido recebido na venda de participação da TAS	-	-	-	(46.726)
Caixa líquido adquirido na incorporação da CHS e da Infra SP	-	(66.941)	-	-
Títulos patrimoniais	-	(15.430)	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	(720)	-	81.857
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	-	18.868
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	65.709
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	-	(720)	-	(720)

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	Dividendos e juros sobre o capital próprio		Operações com Arrendamentos	Ações em tesouraria	Total
			próprio	derivativos			
Controladora	Empréstimos e financiamentos	Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Operações com Arrendamentos	Ações em tesouraria	Total	
Saldo inicial	(640.406)	(7.550.318)	(74.108)	49.341	(10)	8	(8.215.493)
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	628.519	2.787.180	390.025	239.619	462	44.825	4.090.630
Pagamentos de principal e juros	-	-	-	-	-	-	3.416.161
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	239.619	-	-	239.619
Ações em tesouraria - Recompra de ações	-	-	-	-	-	44.825	44.825
Dividendos pagos	-	-	390.025	-	-	-	390.025
Outras variações que não afetam caixa	11.887	(917.175)	(721.097)	(83.390)	(881)	(1.505)	(1.712.161)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	29.644	(861.541)	-	-	-	-	(831.897)
Resultado abrangente das operações com derivativos	(17.757)	(55.634)	-	(83.390)	-	-	(156.781)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	(64)	-	(64)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(721.097)	-	-	-	(721.097)
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo	-	-	-	-	-	(1.505)	(1.505)
Adições	-	-	-	-	(817)	-	(817)
Saldo final	(1.872.140)	(5.680.313)	(405.180)	205.570	(429)	43.328	(6.837.024)
	Empréstimos e notas promissórias e notas comerciais		Mútuos com partes relacionadas e juros sobre o capital próprio		Operações com Arrendamentos	Ações em tesouraria	Total
	Empréstimos e notas promissórias e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas e juros sobre o capital próprio	Operações com Arrendamentos	Ações em tesouraria			
Consolidado	Empréstimos e notas promissórias e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas e juros sobre o capital próprio	Operações com Arrendamentos	Ações em tesouraria	Total		
Saldo inicial	(7.630.765)	(21.400.489)	(342.171)	(141.245)	(358.187)	(8.117)	(8.290.827)
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	479.219	1.587.129	187	382.393	(116.694)	274.322	2.879.293
Captações (líquidas dos custos de transação)	(940.985)	(9.831.078)	-	-	-	-	(10,772.063)
Pagamentos de principal e juros	1.420.195	11.418.207	187	-	-	27.921	12.866.510
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	274.322	274.322
Ações em tesouraria - Recompra de ações	-	-	-	382.393	61.085	-	443.478
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	44.825	44.825
Outras variações que não afetam caixa	(606.012)	(3.083.342)	141.842	(721.059)	(140.195)	(94.530)	(4.527.285)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(656.463)	(3.004.218)	(50.907)	-	-	-	(3.711.588)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(18.083)	(79.124)	-	-	(88.445)	-	(185.652)
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	-	-	-	(6.085)	-	(6.085)
Resultado do exercício de acionistas não controladores	-	-	-	(149.661)	-	-	(149.661)
Aquisição de mútuo - VLT Carioca	-	-	185.236	-	-	-	185.236
Impostos sobre mútuo - VLT Carioca	-	-	7.636	-	-	-	7.636
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(5.009)	(5.009)
Ajuste acumulado de conversão	68.534	-	(123)	38	1.892	-	70.341
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(721.097)	-	-	-	(721.097)
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo	-	-	-	-	-	(1.505)	(1.505)
Aumento de participação - VLT Carioca	-	-	-	-	7.574	-	7.574
Adições	-	-	-	-	-	(17.475)	(17.475)
Saldo final	(7.757.567)	(22.896.702)	(200.142)	(479.911)	(615.076)	171.675	(16.224)

26. Ativos e passivos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos mantidos para venda	71.115	75.268	250.803	267.706
Investimento	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	13.499	27.220
Aplicações financeiras	-	-	-	3.027
Contas a receber das operações	-	-	28.005	50.173
Tributos a recuperar	-	-	2.807	1.915
Ativo fiscal diferido	-	-	31.405	26.078
Despesas antecipadas e outros créditos	-	-	2.413	2.291
Imobilizado	-	-	101.729	94.583
Intangível	-	-	38.457	30.180
Direito de uso em arrendamento	-	-	32.488	32.238
Passivos mantidos para venda	(141.134)	(186.592)	(141.134)	(186.592)
Notas promissórias	-	-	-	(55.315)
Fornecedores	-	-	(17.466)	(15.139)
Obrigações fiscais	-	-	(3.325)	(2.310)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(6.558)	(6.592)
Outras obrigações	-	-	(78.999)	(73.522)
Impostos parcelados	-	-	(95)	(158)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-	-	(63)	(56)
Passivo de arrendamento	-	-	(34.628)	(33.500)

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são relativos à Samm, sendo sua venda altamente provável em razão da estratégia da CCR de revisão de portfólio e alocação de capital.

Diretoria

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES F. SETAS Diretor Presidente	EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO Diretor Vice-Presidente de Negócios	FÁBIO RUSSO CORRÊA Diretor Vice-Presidente de Negócios
MARCIO MAGALHÃES HANNAS Diretor Vice-Presidente de Negócios	PEDRO PAULO ARCHER SUTTER Diretor Vice-Presidente de Sustentabilidade, Riscos e Integridade	ROBERTO PENNA CHAVES NETO Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais
WALDO EDWIN PEREZ LESKOVAR Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores		

Conselho de Administração

ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA Presidente	VICENTE FURLETTI ASSIS Vice-Presidente	ADALBERTO DE MORAES SCHETTERT Membro efetivo	CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA Membro efetivo	EDUARDO BUNKER GENTIL Membro Independente
ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE Membro Independente	JOÃO HENRIQUE BATISTA DE SOUZA SCHMIDT Membro efetivo	MATEUS GOMES FERREIRA Membro efetivo	JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE Membro Independente	ROBERTO EGYDIO SETÚBAL Membro efetivo

Contadora

FÁBIA DA VERA CRUZ CAMPOS STANCATTI - CRC 1SP190868/O-0

Conselho Fiscal

LEDA MARIA DEIRO HAHN	MARIA CECÍLIA ROSSI	PIEADÉ MOTA DA FONSECA
------------------------------	----------------------------	-------------------------------

Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos

JORGE ROBERTO MANOEL Coordenador	EDUARDO BUNKER GENTIL	ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE	JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
--	------------------------------	---	--------------------------------

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CCR S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras") e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que estão em plenas condições de serem votadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Piedade Mota da Fonseca

São Paulo/SP, 06 de fevereiro de 2024.
Leda Maria Deiro Hahn

Maria Cecilia Rossi

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR S.A. ("Companhia") - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2023

O Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR ("CAC") é órgão estatutário de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação da compliance das transações consoante as políticas estabelecidas e que a forma de gerenciamento empresarial esteja em consistência com as diretrizes estratégicas do Grupo CCR.

Responsabilidades e formação atual do Comitê
O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regulamento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento ("RI CA-CCR"), baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de compliance e de riscos e controles internos; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (considerando os projetos conduzidos por auditores terceirizados); e (iv) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

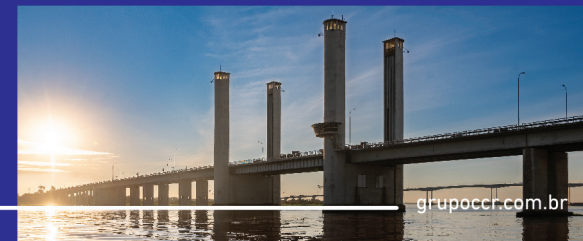
O CAC é composto por quatro membros independentes, sendo três conselheiros de administração e um coordenador externo e atende os requisitos de independência e de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.
Atividades do CAC
O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento ("RI CA-CCR"), baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de compliance e de riscos e controles internos; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas em relação ao exercício social de 2022; (iv) com a área de Compliance, para acompanhamento dos trabalhos executados; (v) com a área de riscos e controles internos para análise e discussões relacionadas aos principais riscos identificados e os controles internos estabelecidos; e (vi) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC visitaram as unidades AUTOBAN e VIA QUATRO, a CCR Aeroportos, o Aeroporto de Navegantes e o GBS (centro de serviços compartilhados), além da CCR Mobilidade - Linhas 8 e 9.

Auditoria Interna
O Plano de Auditoria Interna da Companhia para o ano de 2023 foi recomendado pelo CAC e aprovado em 26 de janeiro de 2023 pelo Conselho de Administração da CCR e manteve volume de horas de trabalho similar e número de processos auditados aproximadamente 40% maior, tendo em conta a execução de auditorias contínuas.

A Auditoria Interna da Companhia concluiu, conforme planejado, os seguintes processos que foram objeto de auditoria no período:
 • Gestão do Contrato de Concessão - Rodovias (ViaEste/Rodoanel)
 • Gestão do Contrato de Concessão - Mobilidade (Linha 5)
 • Gestão de Contratos de Importação - Mobilidade (Metro Bahia)
 • Gestão do Contrato de Concessão - Aeroportos (Curaçao)
 • Reequilíbrio Econômico-financeiro - Mobilidade
 • Gestão de Contrato de Terceiros - Rodovias
 • Auditoria do Programa de Compliance - Aeris
 • Cybersecurity for OT (Operation Technology) - GBS Tecnologia (Aeroportos)
 • Estratégia de Compras realizadas por Suprimentos - Corporativo
 • Gestão de Manutenção - Aeroportos (Quiport)
 • Regularização de Áreas - Aeroportos
 • Gestão de Receta - Operador TECA - Aeroportos (Curitiba e Navegantes)
 • Gestão de Engenharia - Rodovias (RiOSP)
 • Gestão de Projetos - Tecnologia Operacional - Rodovias
 • Gestão de Crise e Continuidade de Negócios - Rodovias (ViaSul e ViaCosteira)
 • Gestão de Projetos e Obras - Aeroportos (Bloco Sul)
 • Gestão de Mudanças - Aeroportos (Bloco Sul)
 • Gestão de Frotas - Aeroportos (Bloco Sul e Bloco Central)
 • Remuneração Fixa (Folha de Pagamentos) - Corporativo
 • Controle de Operações (APOC) - Aeroportos (Curitiba, Golânia e São Luiz)
 • Gestão Regulatória - Corporativa
 • Gestão de Comunicação - Stakeholders (público externo) - Corporativo
 • Revisão do Cálculo da PPRM - Programa de Participação Resultado Novos Negócios
 • Regularidade de processos de compras (auditoria contínua)
 • Folha de Registro de Vigência do Contrato
 • Existência de Eventual Passivo Omissão (auditoria contínua)
 • Existência de Eventuais

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
- (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/0-6

Marcelo Gavioli
Contador - CRC 1SP201409/0-1

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/CCR1574306209022024.pdf>
Hash: 1707422403aef38ef03c88494c84bf3633ca984eac